

José Emílio Medauar Ommati

LIBERDADE DE  
EXPRESSÃO E  
DISCURSO  
DE ÓDIO NA  
CONSTITUIÇÃO  
DE 1988

4ª edição

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by José Emílio Medauar Ommati

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

OM551

Ommati, José Emílio Medauar.

Liberdade de expressão e discurso de ódio na Constituição  
de 1988 / José Emílio Medauar Ommati. – 4. ed. – Rio de  
Janeiro : Lumen Juris, 2019.

276 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 233-253.

ISBN 978-85-519-1137-2

1.Direito constitucional. 2. Liberdade de expressão. 3.  
Discurso de ódio. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

## Sumário

Nota à Quarta Edição.....	IX
Nota à Terceira Edição.....	XIII
Nota à Segunda Edição.....	XV
Advertência à Primeira Edição.....	XIX
Prefácio à Primeira Edição.....	1
Introdução.....	19
<b>Capítulo 1: O Hc 82.424/RS: Os Princípios da Igualdade e Liberdade em Tensão.....</b>	<b>33</b>
1. O Voto do Ministro Moreira Alves.....	36
2. O Primeiro Voto Divergente: O Voto do Ministro Maurício Corrêa.....	41
3. O Voto do Ministro Gilmar Mendes: A Condenação de Siegfried Ellwanger com Base no Princípio da Proporcionalidade.....	46
4. O Voto Do Ministro Marco Aurélio: A Absolvição de Siegfried Ellwanger com Base no Princípio da Proporcionalidade.....	50
5. O Voto do Ministro Celso de Mello: A Força Normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a Proibição do Discurso Racista como Decorrente da Igual Dignidade de Todos.....	54
<b>Capítulo 2: A Constituição Formal e Rígida e a Tensão Constitutiva ao Direito Moderno entre Faticidade e Validade... 63</b>	
1. Breve Caracterização da Evolução do Direito Moderno na Perspectiva de Niklas Luhmann.....	64

2. A Legitimidade do Direito Moderno Através do Momento Constituinte: Uma Necessária Reformulação da Teoria do Poder Constituinte no Brasil .....	82
<b>Capítulo 3: A Proibição da Prática do Racismo na Constituição de 1988: Os Princípios da Igualdade e Liberdade Reconciliados .....</b>	<b>115</b>
1. A Interpretação Jurídica entre Vontade do Legislador e Vontade da Lei .....	116
2. Os Princípios da Igualdade e Liberdade Reconciliados no Marco do Paradigma do Estado Democrático de Direito .....	158
3. O Erro Histórico do Ministro Marco Aurélio: A História Jurídica e Institucional do Brasil e a Luta Pela Superação das Discriminações Contra as Minorias .....	171
<b>Capítulo 4: O Princípio da Proporcionalidade e a Constituição como Ordem Concreta de Valores .....</b>	<b>191</b>
1. O Princípio da Proporcionalidade e o Entendimento da Constituição e do Direito como uma Ordem Concreta de Valores.....	193
2. Críticas ao Princípio da Proporcionalidade: Ordem Concreta de Valores e Decisionismo Judicial – de Volta ao Caso Concreto.....	202
<b>Conclusão .....</b>	<b>231</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>233</b>